O ESTADO DE S.PAULO

Publicado em 10/11/2022 - 06:00

Equipe de Lula cogita tirar gasto social do teto; mercado teme descontrole



Orçamento em negociação

Mercado reprova tirar Auxílio do teto

___ Analistas financeiros alertam que retirada de programa da regra fiscal, que equipe de Lula discute com o Congresso na forma de PEC, coloca em risco as contas públicas

ANNA CAROLINA PAPP ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA

Investidores do mercado financeiro reagiram mal à pro-posta em avaliação pela equipe do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de retirar, de forma permanente, os desembolsos com transferência de renda do teto de gastos a regra que limita o crescimento das despesas públicas à inflação. A medida é uma das opções na mesa para viabilizar um Auxílio Brasil (que deve voltar a se chamar Bolsa Família) de R\$ 600 no ano que vem.

A preocupação se dá porque a alternativa vem ganhando força na equipe de transição - que antes priorizava apenas uma "licença" temporária para gastar além do teto, por meio da chamada PEC da Transição.

Para o mercado, essa saída pode deteriorar a trajetória da dívida pública. "Tirar os programas sociais do teto é a pior das possibilidades. Não que os programas sociais não sejam importantes. Mas, à medida que você tira uma classe de gastos de dentro do teto, ele passa a não ter referência para frente", afirma Caio Megale, economista-chefe da XP Investimentos. "Éuma alternativa que fragiliza muito a previsibilidade da política fiscal."

A medida sempre foi um desejo do mundo político, sobretudo depois da pandemia de co-vid-19, quando a elevação das

Armadilha

Quanto mais despesas são tiradas do teto, mais tende a crescer endividamento, ressaltam especialistas

despesas do Auxílio Brasil comprimiu ainda mais o espaço orçamentário para outras políticas, pelas amarras do teto de gastos.

Excluir do teto os gastos de R\$ 175 bilhões do programa abriria um espaço no Orçamento de 2023 para outras despesas, como o aumento do salário mínimo, em R\$ 105 bilhões. A diferença se deve ao incremento do Bolsa Família com as promessas feitas por Lula na campanha, como a manutenção dos R\$ 600 (R\$ 52 bilhões) e R\$ 150 para famílias com crianças de até seis anos (R\$ 18 bilhões).

"Precisamos em algum momento ter um superávit primário de 2% a 2,5% do PIB.. Sem isso, não teremos uma dívida/PIB estável com uma pequena tendência de redução, que é o que o Brasil precisa. Pode-se, temporariamente, fugir desse número, mas não permanentemente", diz o ex-diretor do Banco Central e sócio-fundador da Mauá Capital, Luiz Fernando Figueiredo, que defende uma "licenca" na casa dos R\$ 100 bilhões.

Integrantes da equipe de Lula avaliam, segundo apurou o Estadão, que a medida é a mais viável pois tem a vantagem da previsibilidade, embora vá mexer com o mercado de juros e de câmbio num primeiro momento. Segundo fontes, as despesas públicas aumentariam de 19% para 19,3% do PIB e deveriam ser acompanhadas por propostas de aumento de receitas - o que é difícil no início de governo, admitem.

LÍDER DO PT QUER TIRAR DESPESAS 'ATUAIS E FUTURAS' DO TETO COM AUXÍLIO. PÁG. B2



TRANSIÇÃO Orçamento em negociação

Líder do PT quer tirar do teto despesas 'atuais e futuras' com Auxílio

Deputado prevê que, com manobra, haverá 'dezenas de milhões' para obras e programas como o Minha Casa Minha Vida

IANDER PORCELLA BRASÍLIA

O líder do PT na Câmara, deputado Reginaldo Lopes (MG), defendeu ontem a retirada das despesas com transferência de renda do teto de gastos. "Atuais e futuras, ponto", disse a jornalistas ao chegar ao

CCBB, sede do governo de tran-sição, em Brasília. O deputado chegou a defen-der retirar até os gastos com obras da regra que atrela o crescimento das despesas públicas à inflação. Segundo ele, com is-so haverá "dezenas de milhões" de recursos para obras paradas e para o programa habitacional Minha Casa Minha Vida. Como mostrou o **Estadão**, a equipe de Lula avalia pedir ao Congres-so uma "licença" para gastar de R\$ 25 bilhões a R\$ 30 bilhões fora do teto de gastos em in-fraestrutura e habitação no próximo ano.

Lopes confirmou que o pre-sidente eleito Luiz Inácio Lu-

la da Silva prefere bancar uma Proposta de Emenda à Consti-tuição (PEC) para gastos ex-

tras em 2023 além do teto, incluindo a manutenção do Au-xílio Brasil, que voltará a se chamar Bolsa Família, em R\$ 600. No domingo, o **Estadão** revelou que este seria o "plano A" de Lula.

"Sim, acredito que vai ser PEC, vai ser PEC. Agora, é fechar detalhes, o texto, construir o caminho da PEC com a equipe técnica do Senado e da Câmara", afirmou ele, após sair da residência oficial do presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), com quem Lula se encontrou pela manhã. "(Na reunião) se tratou que o caminho... o presidente Lula tem preferência pela PEC. E agora o Geraldo Alckmin, o Mercadante e a gente junto ali vamos construir uma próxima reunião para detalhar o texto , emendou o líder do PT na Câmara. De acordo com ele, a proposta pode ser apre-sentada nos próximos dias. A

"Agora é fechar detalhes, o texto, construir o caminho da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) com a equipe técnica do Senado e da Câmara"
Reginaldo Lopes
Deputado federal (PT-MG), líder do PT na Câmara

ve começar pelo Senado. Prevaleceu a avaliação de que alterar a Constituição para bancar promessas de campanha traz mais segu-rança jurídica do que o uso de crédito extraordinário via medida provisória. Um dos principais cotados para relatar a proposta é o sena-dor Marcelo Castro (MDB-PI), relator-geral do Orça-mento de 2023.

LIRA. A conversa entre Lira e Lula, de quase duas ho-ras, foi a primeira dos dois após a eleição. O presiden-te da Câmara e o petista te da Camara e o petista chegaram a trocar farpas nos últimos meses por cau-sa do orçamento secreto e da discussão iniciada por Lira no Congresso sobre a adocão do semipresidencialismo no País. Lula che gou a chamar Lira de "imperador do Japão". Em seguida, o presidente eleito se reuniu com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que tam-bém sinalizou apoio à apro-vação do texto.

Conforme fontes que participam da elaboração da PEC da Transição, o gover-no eleito quer dobrar o volume de investimentos previs to no Orçamento de 2023, pa ra deixar marcas logo no pri meiro ano de mandato.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Economia & Negócios Caderno: B Pagina: 1 e 2